



REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 29/2023

AUTORA: Deputada **VANDA MONTEIRO**

ASSUNTO: Declara de Utilidade Pública o Instituto Pizada da Butina-IPB.

RELATOR: Deputado **ALDAIR COSTA GIPÃO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Lei nº 29/2023, de autoria da Deputada VANDA MONTEIRO, que "Declara de Utilidade Pública o Instituto Pizada da Butina-IPB".

Afirma a Autora que o instituto tem por finalidade promover e realizar projetos, eventos, pesquisas e consultorias nas áreas técnico-científicas, culturais, sociais, esportivas, comunitárias, ambientais e educacionais, incentivando o pleno exercício da cidadania, dos direitos humanos e da democracia, favorecendo a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Compete a esta Comissão se pronunciar sobre a admissibilidade e mérito da proposição, considerando seus aspectos constitucional, legal, regimental, redacional, de técnica legislativa e registros públicos, de acordo com as determinações do art. 46, inciso I, alínea "a", combinado com o inciso I, do artigo 73, do Regimento Interno.

Ao examinar o pedido do nobre Deputado que ora tramita nesta Comissão, percebe-se que no corpo da peça processual **falta a Declaração de autoridade pública de que a entidade está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade, falta documentos dos membros da Diretoria: Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal, Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, Certidão Negativa da Receita Federal, Certidão Negativa da Receita Estadual e Certidão Negativa da Receita Municipal**, documentos necessários e comprobatórios para que o referido Instituto seja considerado de Utilidade Pública Estadual, conforme o que preceitua a Lei nº 287,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



de 23 de setembro de 1991, que baixa normas disciplinando matérias desta natureza.

Em face disto, baixo em diligências, para que a autora do Projeto de Lei nº 29/2023 apresente os documentos necessários para que a referida associação seja declarada de Utilidade Pública Estadual.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 21 de março de 2023.


Deputado ALDAIR COSTA GIPÃO

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

Aprovado o Parecer do(a) Relator(a)
Deputado(a) ALDAIR COSTA GIPÃO, referente
ao(a) PL. n° 29/2023 na Reunião da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.

Encaminhe-se(a)(ao) DIRETORIA

Sala das Comissões, 28 de maio de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

MEMBROS EFETIVOS

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **ALDAIR COSTA GIPÃO**

Dep. **CLAUDIA LELIS**

MEMBROS SUPLENTE

Dep. **GUTIERRES TORQUATO**

Dep. **MOISEMAR MARINHO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **VALDEMAR JÚNIOR**

Dep. **VANDA MONTEIRO**